



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL
(H Mil Natal/1941)**

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL 18/2023
(PROCESSO Nº 64592.006697/2023-97)**

1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a cessão de uso, a título oneroso, de uma área, medindo 63,45m² (sessenta e três m² e quarenta e cinco cm² quadrados) de área útil, para funcionamento de uma cantina, nos termos da tabela do anexo I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;
- 1.2** Parcela de imóvel, localizado no interior do Hospital de Guarnição de Natal (**HGuN**), sito à Avenida Hermes da Fonseca, nº 1385, Tirol, CEP 59015-145, Natal-RN;
- 1.3** O espaço cedido para a exploração da cantina dispõe de 63,45m² (sessenta e três virgula quarenta e cinco metros quadrados) de área útil, construído em alvenaria, dotado de laje e telhado colonial com estrutura e madeiramento com bom padrão de acabamento e bom estado de conservação, a área dispõe de espaço para alocação de freezers, fogões industriais, estufas, prateleiras, balcões, máquinas registradoras, funcionários e demais utensílios para armazenagem e processamento dos gêneros alimentícios, as dimensões da cantina deverão ser compatíveis com a área útil disponível;
 - 1.3.1** A área útil deverá manter-se inalterada. Serão disponibilizados pontos de energia elétrica, água e esgoto para serem utilizadas pelo cessionário.
- 1.4** O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;
- 1.5** O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do Termo de contrato ou documento que o substitua, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 1.5.1** O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que é uma necessidade permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 1.6** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;e
- 1.7** **A licitação é composta de grupo único, conforme tabela anexa constante do Termo de Referência, devendo ao licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. Será considerada a proposta mais vantajosa a que ofertar o menor valor global.**

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 (SUPRESSÃO)

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A contratação adotará práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

4.1.2 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.3 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.4 Observe a resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído;

4.1.5 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.6 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.7 Quando couber, realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e destiná-los às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.1.8 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.9 Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

4.1.10 Adotar medidas que disciplinem os funcionários em relação ao uso de equipamentos elétricos, como fogões, cafeteiras e aquecedores elétricos de água, entre outros, evitando assim os desperdícios.



Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.1 (SUPRESSÃO)

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.2 (SUPRESSÃO)

Da exigência de carta de solidariedade

4.3 (SUPRESSÃO)

Subcontratação

4.4 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

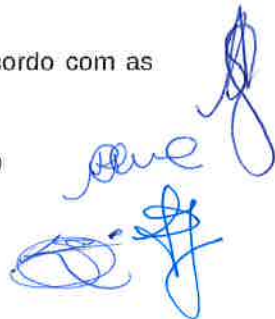
- 4.5** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;
- 4.6** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato;
- 4.7** A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;
- 4.8** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.9** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 09:00 horas às 15:00 horas;
- 4.10** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;
- 4.11** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;
- 4.12** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte à divulgação do edital do pregão, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública;
- 4.13** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 4.14** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5 OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

- 5.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela cessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



- 5.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado (Fiscal de Contrato), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.3 Ceder a mencionada área do imóvel à(o) cessionária(o), para a finalidade indicada no objeto desta licitação em boas condições de uso e em pleno funcionamento (parte hidráulica e elétrica);
- 5.4 Permitir o acesso dos empregados da(o) cessionária (o) às suas dependências, para o exercício de suas atividades laborais;
- 5.5 Realizar vistoria, antes da ocupação do imóvel pela cessionária, observando o estado geral das instalações e das benfeitorias preexistentes, reduzindo-a a termo assinado pelo responsável pela vistoria e pela cessionária; e
- 5.6 Não permitir que os empregados da Cessionária (o) realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 6.1 A CONTRATADA deverá obter, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, liberações, alvarás (ex: Alvará de Funcionamento, alvará sanitário) e aprovações para a implantação e operação de suas atividades nas áreas de que trata este Termo de Referência, de modo a sempre atuar de acordo com a legislação vigente;
- 6.2 Serão de ônus exclusivo da licitante vencedora/CONTRATADA a montagem da cantina, instalações necessárias, aquisições de materiais, equipamentos e outros bens para o seu devido funcionamento;
- 6.3 Qualquer adaptação ao imóvel, que seja exigida pela legislação aplicada, terão os custos de projeto e execução a cargo da CONTRATADA desde que previamente anuídas pelo CONTRATANTE;
- 6.4 A CONTRATADA será responsável pelos danos ao imóvel e bens pertencentes ao mesmo, utilizados para o funcionamento da cantina, devendo a mesma promover a substituição e reparos necessários no bem danificado, arcando com todos os ônus inerentes ao dano;
- 6.5 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 6.5.1 Início da execução do objeto: em até 20 (vinte) dias corridos após a publicação do extrato do contrato em Diário Oficial da União;
 - 6.5.2 A empresa vencedora da licitação receberá as instalações mediante Termo de Cessão de Uso para exercício de atividade de apoio, após serem as mesmas vistoriadas, em havendo a concordância por ambas partes interessadas;
 - 6.5.3 A Cedente não pagará nenhuma importância à cessionária, como forma de remuneração pelos serviços prestados;
 - 6.5.4 A Cedente não se responsabilizará por quaisquer débitos eventualmente assumidos pelos usuários da cantina;
 - 6.5.5 Os empregados, sócios ou dirigentes da empresa cessionária, bem como os seus veículos deverão estar devidamente cadastrados junto administração do HGUN;

- 6.5.6** O cessionário se responsabilizará pelos serviços de limpeza de toda a área a ser cedida;
- 6.5.7** Todos os funcionários deverão utilizar uniforme padronizado pela cessionária;
- 6.5.8** O acesso dos empregados, sócios/dirigentes e fornecedores ao estabelecimento, somente será permitido durante o horário de expediente do HGU, de 7:00 às 16:00 horas, de segunda a quinta-feira e de 07:00 às 12:00 horas na sexta-feira;
- 6.5.8.1** Para o acesso e trânsito no interior do HGUN dos empregados, sócios/dirigentes e fornecedores ao estabelecimento, deverão portar crachá fornecido pela cedente, inclusive nas dependências internas.
- 6.5.9** As despesas com gás de cozinha serão a cargo da cessionária;
- 6.5.10** Não realizar modificações ou transformações no imóvel, mesmo que para adequação à sua utilização, sem autorização escrita da outorgante cedente, não cabendo ao cessionário direito de retenção, ainda que se trate de benfeitoria necessária.

Local e horário da prestação dos serviços

- 6.6** Os serviços serão prestados no interior do Hospital de Guarnição de Natal (HGU), sito à Avenida Hermes da Fonseca, nº 1385, Tirol, CEP 59015-145, Natal-RN.
- 6.7** Os serviços serão prestados nos seguintes horários:
- 6.7.1** O horário de atendimento do estabelecimento deverá ser ajustado de acordo com o horário de expediente do HGU, de 7:00 às 16:00h horas, de segunda a quinta-feira e de 7:00 às 12:00h na sexta-feira;
- 6.7.2** A cantina funcionará **preferencialmente** nos dias com expediente desta Organização Militar;
- 6.7.3** A critério da Cedente, os horários de atendimento da cantina poderão ser alterados, com **comunicação prévia ao cessionário, com no mínimo de 72 horas**, ou se solicitado pelo cessionário, com autorização expressa da cedente; e
- 6.7.4** Em datas especiais sem expediente, como aniversário do HGUN, feriados militares (ex: dia do exército, dia do soldado, dia da bandeira, ...) em apoio a eventos, solenidades, no interior do HGUN, fica a cessionária autorizada a fazer horário diferenciado para atender aos usuários, durante os períodos que julgar conveniente, inclusive se por ventura existir eventos que tenham o encerramento noturno.

Rotinas a serem cumpridas – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.8** A execução contratual observará as rotinas abaixo:
- 6.8.1** Pagar regulamente, os valores mensais fixados a título de retribuição pela cessão de uso objeto do Contrato;
- 6.8.2** Cumprir as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis e comerciais que onerem a atividade vinculada à mencionada concessão/permissão de uso, eximindo a cedente de quaisquer dessas responsabilidades;
- 6.8.3** Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para definição do seu nome como beneficiária da indicada

concessão/permissão de uso de bem;

6.8.3.1 Manter sempre atualizado junto à administração do HGUN o quadro funcional e a documentação da regularidade fiscal.

6.8.4 Cumprir as disposições dos regulamentos internos da Cedente;

6.8.5 Toda alimentação deverá ser fornecida atendendo a critérios e técnicas culinárias e de nutricionismo apropriadas, bem como as condições normativas quanto à higiene e a apresentação dos alimentos, em especial a Resolução RDC 216-ANVISA e RDC 52 – ANVISA, de 29/09/2014, devendo apresentar ao fiscal de Contrato os documentos que se fizerem necessário, durante a execução do contrato;

6.8.6 A manutenção e limpeza de equipamentos e instalações da área cedida ficam sob responsabilidade da CONTRATADA, bem como de efetuar o fornecimento de todo material de limpeza e higiene necessárias e substituição das peças e componentes avariados, bem como manutenção de toda estrutura em uso;

6.8.7 Manter as áreas internas e externas do local explorado limpas e higienizadas;

6.8.8 A limpeza total da área cedida deverá ser diária, sob a responsabilidade do cessionário;

6.8.9 O material para limpeza e a retirada do lixo das áreas cedidas são de responsabilidade do cessionário;

6.8.10 Dispor de recipientes adequados ao recolhimento do lixo, sendo de sua inteira responsabilidade efetuar, diariamente, a sua remoção ao ponto de coleta geral, determinado pelo cedente;

6.8.11 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Hospital de Guarnição de Natal;

6.8.12 Permitir que a cedente realize vistoria nos bens e instalações objeto da cessão, sempre que entender conveniente, desde que não interfira no funcionamento da Cantina e acolher as observações e exigências que por ela venham a ser feitas;

6.8.13 Será oferecida garantia ao cumprimento do presente contrato, de qualquer modalidade, conforme a Lei nº 14.133/21;

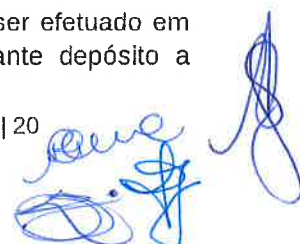
6.8.13.1 Como garantia nas contratações de obras e do integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas a Cessionária apresentará, de acordo com o estabelecido no Art. 96 da Lei nº. 14.133/21, o percentual equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, no prazo de até de 10 (dez) dias da assinatura do mesmo, com validade igual ao tempo de execução dos serviços;

6.8.13.2 A garantia será liberada ou restituída após a execução do contrato. No caso do contrato vir a ser prorrogado, o prazo de validade da garantia deverá ser prorrogado por igual período;

6.8.13.3 Podendo a cessionária optar por uma das seguintes modalidades abaixo:

a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

a1. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, mediante depósito a



crédito da CEDENTE;

a2. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública como garantia, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) Seguro - garantia ou fiança bancária;

b1. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro garantia, deverá ter validade, no mínimo, de 15 (quinze) meses a contar da data de assinatura deste Contrato, sendo renovada, tempestivamente, no caso de cada prorrogação; e

c) No caso de garantia na modalidade de Carta de Fiança, deverá constar da mesma expressa renúncia pelo fiador, aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

6.8.14 O cessionário deverá atender, no que couber, o que prescreve o Decreto nº 84.444, de 30 Jan 1980, devendo apresentar ao fiscal de Contrato os documentos que se fizerem necessário, durante a execução do contrato;

6.8.14.1 O cessionário Utilizará a área cedida, exclusivamente, na finalidade definida no objeto do Contrato;

6.8.15 O Cessionário deverá gerenciar a fila de atendimento de usuários, mantendo a demarcação de solo, de forma orientar o sentido e direção da mesma, indicando o local e espaçamento por pessoa, devendo o local estar devidamente sinalizado para que o atendimento ocorra por ordem de chegada, respeitado as situações de prioridade;

6.8.15.1 A Organização da fila é de responsabilidade da cessionária, através de seu funcionário na função de caixa;

6.8.15.2 Os usuários considerados como prioridades não necessitam permanecer na fila para serem atendidos;

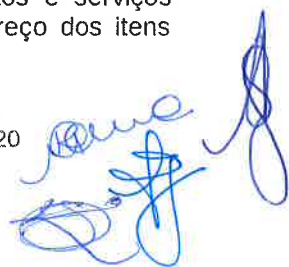
6.8.15.3 Para fins de orientação do usuário, deverá haver um aviso, próximo ao caixa, para que o atendimento ocorra mediante fila, exceto para os usuários considerados prioridades, devendo constar no mesmo aviso quais usuários são considerados prioridades, conforme normas vigentes (idosos, gestantes, deficientes físicos, crianças de colo, etc..);

6.8.15.4 Paralelo a demarcação de solo, o Cessionário poderá disponibilizar outros sistemas de atendimento mais eficientes, tais como distribuidor de senhas manual ou Totem dispensador de senhas, etc...;

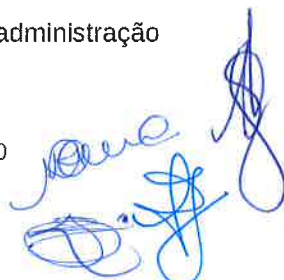
6.8.16 O cessionário deverá dispor e manter quadro completo de pessoal técnico, operacional e administrativo de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas e a demanda dos consumidores;

6.8.17 Quanto a responsabilidade técnica pelos gêneros alimentícios confeccionados diretamente pela Contratada, tais como a refeição tipo almoço, os salgados, e os lanches em geral, caberá a cessionário observância resolução CFN nº 702, de 15 de setembro de 2012, e suas alterações, devendo apresentar ao fiscal de Contrato os documentos que se fizerem necessário, durante a execução do contrato;


- 6.8.18** Deverão ser mantidos, nos locais de trabalho, somente empregados que tenham a idade permitida por lei para o exercício da atividade, e que gozem de boa saúde física e mental;
- 6.8.19** O pessoal necessário à execução do serviço objeto da presente licitação será de exclusiva responsabilidade da Contratada, observada a legislação pertinente e as normas de segurança e higiene do trabalho;
- 6.8.20** Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados;
- 6.8.20.1** O cessionário deverá fornecer aos seus funcionários uniformes e Equipamentos de Proteção Individual condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;
- 6.8.20.2** O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário: Avental (tipo Bata Avental uniforme frente Costas, com amarras na laterais, (feminino) e tipo Avental Uniforme com amarra nas costas (masculino), Camisetas, Calças, Calçados (sapatos, botas ou tênis), Touca culinária ou bandana;
- 6.8.20.3** Deverão ser fornecidos os conjuntos completos aos empregados no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, após comunicação escrita do cedente, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;
- 6.8.20.4** Os empregados deverão usar uniforme apropriado, em perfeitas condições de higiene, e manter os cabelos presos e cobertos;
- 6.8.20.5** O Avental e a camiseta deverão ter identificação do "*nome de tratamento do funcionário e respectiva função*" através de técnica bordado ou pela técnica de Silk-Screen ou Serigrafia;
- 6.8.20.5.1** A identificação acima poderá ser substituída por placa de identificação metálica ou por crachá em PVC impresso com presilha jacaré, contendo Logo, foto e cargo/ função;
- 6.8.20.5.2** A identificação do funcionário deverá fixada no uniforme, na altura do peito, lado direito.
- 6.8.20.6** No caso de funcionárias gestantes, os uniformes deverão ser adaptados e apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- 6.8.20.7** Os uniformes devem serem em "tonalidade clara", devendo o cessionário optar pelas cores: Amarelo ou Verde ou Azul ou violeta para lilás ou rosa;
- 6.8.21** O cessionário não poderá empregar, sob qualquer regime ou alegação, pessoas que mantenham vínculo com o HGUN;
- 6.8.22** Todos os funcionários envolvidos na preparação e manipulação dos alimentos deverão máscara, quando for o caso, usar luvas e toucas descartáveis, avental e outros implementos julgados necessários à manutenção da higiene;
- 6.8.23** O cessionário deverá Deverá afixar, em local de fácil visualização, os horários para atendimento dos usuários, bem como os valores dos principais produtos e serviços oferecidos, e ainda, deixar exposto aos clientes o cardápio contendo o preço dos itens descritos no objeto desta contratação;



- 6.8.24** O cessionário deverá observar rigorosamente a legislação sanitária, a legislação do código de postura do município e a remoção frequente e acondicionamento apropriado de todo lixo, destinando-os à coleta pública;
- 6.8.25** O cessionário deverá atender às mais estritas regras de higiene emanadas pelas autoridades sanitárias durante o preparo, a manipulação, o acondicionamento, o transporte, a exposição e o descarte de gêneros alimentícios;
- 6.8.26** A venda deverá ocorrer no mesmo dia do preparo, com o devido descarte, ao fim do expediente, dos gêneros alimentícios não comercializados;
- 6.8.27** O tratamento a ser dispensado aos gêneros alimentícios comercializados, por ocasião da passagem do funcionário da Contratada para o consumidor, particularmente àqueles confeccionados pela Contratada, tais como os salgados e os lanches em geral, deverá ser realizado por meio da manipulação com instrumento, colocação do gênero alimentício em embalagem, e entrega em recipiente, todos apropriados à manutenção da higiene e boa apresentação da atividade de apoio realizada;
- 6.8.28** Cabe à Cessionária a contratação de serviço especializado para o controle de insetos, pragas e roedores na área das instalações da cantina, mantendo o intervalo mínimo de 6 meses entre uma e outra dedetização, devendo apresentar comprovação semestral ao Fiscal de contrato;
- 6.8.29** Os gêneros alimentícios a serem comercializados, constantes do objeto, serão licitados, sendo substituídos no contrato resultante os valores unitários de referência consignados neste Termo, para todos os efeitos, pelos valores unitários de comercialização oferecidos na proposta do cessionário;
- 6.8.30** Os valores unitários de comercialização oferecidos na proposta do cessionário somente poderão ser reajustados na conformidade com cláusula específica constante do contrato;
- 6.8.31** O cessionário poderá comercializar outros itens não constantes do objeto a fim de suprir a demanda dos consumidores, contudo deverá obter a autorização da Cedente;
- 6.8.32** Todos os gêneros, condimentos ou quaisquer componentes utilizados na elaboração dos lanches, bem como de seus acompanhamentos, deverão ser de primeira qualidade e apresentarem-se em perfeitas condições de preservação, garantindo a não deterioração ou contaminação até a sua utilização;
- 6.8.33** Os alimentos industrializados, sejam aqueles utilizados na produção de alimentos derivados como aqueles de pronta comercialização, deverão estar dentro do prazo de validade;
- 6.8.34** Providenciar, por sua própria conta, as reparações dos estragos a que der causa, consertos ou substituições executadas a que se refira a benfeitorias necessárias sem direito a quaisquer indenizações;
- 6.8.35** Deixar exposta em local visível aos usuários a tabela de preços praticados, após a mesma ter sido analisada e aprovada pelo Fiscal Administrativo do HguN;
- 6.8.36** Não usar o nome/CNPJ da Cedente para aquisição de mercadorias ou bens, assim como para contratar serviços;
- 6.8.37** Cumprir as disposições dos regulamentos militares na área sob administração da Organização Militar cedente;



- 6.8.38** Os alimentos deverão ser preparados e manuseados por funcionários devidamente habilitados, sob total e exclusiva responsabilidade do cessionário, dentro dos padrões higiênico-sanitários adequados, de acordo com as normas de manipulação e preparação de alimentos, compreendendo, entre outras: a Resolução CNNPA nº 33 de 09/11/1977, CDC, a Resolução RDC nº 216 de 15/09/2004 da Anvisa que dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação e o Regulamento da Promoção, Preservação e Recuperação da Saúde no campo de competência do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Normativo nº 8.386, de 09 de janeiro de 1985, do Governo do Distrito Federal;
- 6.8.39** Os lanches e refeições deverão ser preparados e servidos de acordo com o cardápio obrigatório, sendo admitida a disponibilização de outros tipos de produtos, em substituição aos que estejam em falta no mercado ou a suspensão do fornecimento dos que não tenham aceitação dos clientes, desde que haja prévia autorização do Fiscal Administrativo/Gestor do Contrato, em quaisquer casos;
- 6.8.40** No caso de disponibilização de outros tipos de produtos, conforme o item anterior, o valor a ser cobrado deverá ser informado formalmente ao Fiscal Administrativo/Gestor do Contrato para apreciação e autorização. Somente depois de autorizado, o novo item poderá ser comercializado, devendo o seu preço ser afixado junto ao cardápio básico, em local acessível e visível aos clientes;
- 6.8.41** Não será admitido que alimentos preparados no dia anterior sejam reaproveitados;
- 6.8.42** Poderá o cessionário disponibilizar, além do cardápio obrigatório estabelecido, variedades de produtos comestíveis para venda, tais como: doces, picolés, sorvetes, balas e chicletes desde que previamente comunicados e autorizado pela cedente.
- 6.8.43** É vetado a comercialização de bebidas alcoólicas e tabaco;
- 6.8.44** Todos e quaisquer valores de venda serão pagos diretamente pelo cliente à cessionária, não tendo a cedente qualquer participação ou responsabilidade neste sentido;
- 6.8.45** A cessionária deverá possuir/fornecer todos os materiais, móveis, equipamentos e utensílios, incluindo acessórios e componentes necessários à perfeita execução dos serviços, todos de boa qualidade, os quais deverão estar disponíveis na data prevista do início do contrato;
- 6.8.46** Será obrigatório aos funcionários a utilização de luvas, máscaras, protetores para os cabelos e avental durante todo o período em que estiverem manipulando alimentos;
- 6.8.47** A troca de luvas, máscaras e protetores para os cabelos deverá atender fielmente à orientação do fabricante;
- 6.8.48** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.8.49** A cessionária deverá manter um estoque de produtos adequados ao bom atendimento da demanda;
- 6.8.50** Um funcionário deverá ser alocado para trabalhar exclusivamente no caixa, de acordo



com as seguintes condições:

6.8.50.1 Deverá usar uniforme em cor clara, diferente dos demais funcionários;

6.8.50.2 Não poderá preparar nem servir alimentos;

6.8.50.3 Não poderá manipular objetos, instrumentos e utensílios que entrarão em contato com alimentos;

6.8.50.4 Não poderá transitar nas dependências da cozinha nem na área interna do balcão de atendimento ao cliente.

Materiais a serem disponibilizados

6.9 Para a perfeita execução da atividade, a cessionária deverá apresentar relação e discriminação dos móveis e equipamentos necessários para o preparo, armazenamento e acondicionamento dos alimentos tais como: freezer, geladeira, micro-ondas, forno elétrico, Chapas industriais, fritadeiras, prensas, armários, bancadas, balcões, entre outros materiais necessários. Sendo estes de responsabilidade única e exclusiva da contratada;

6.10 A Cedente não disponibilizará nenhum tipo de material ou equipamento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.11 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.11.1 A demanda possível de usuários da cantina se dá com base no efetivo previsto nesta Organização Militar que contém 327 pessoas, entre militares e servidores civis, aproximadamente 50 trabalhadores terceirizados e, ainda, usuários do hospital. Sendo esta uma mera estimativa de público para a cantina, podendo variar mês a mês, não constituindo compromisso por parte do Hospital de Guarnição de Natal;

6.11.2 A Cessionária responsabilizar-se-á por todos e quaisquer serviços de instalação e montagem necessários para o início de funcionamento da cantina, bem como no decorrer da vigência do contrato, com a estrita consulta e autorização da Cedente;

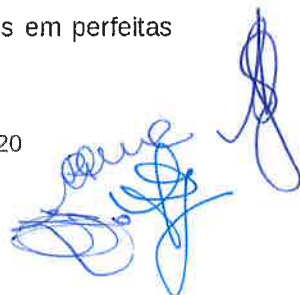
6.11.3 A Cessionária responsabilizar-se-á pelas despesas de água, luz (energia elétrica), telefone, internet entre outras que julgar necessárias para exercer suas atividades, com prévia desvinculação do cedente, para fins de aferição autônoma dos gastos;

6.11.3.1 Enquanto houver inviabilidade da imediata individualização da aferição deste gastos, observado o disposto no acordo 187/2008TCU Plenário a respeito do reembolso das despesas deverá ser realizado estudo técnico específico a respeito dos gastos reais decorrentes da utilização do bem, pela cessionária junto ao fiscal de contrato para apresentação ao Gestor do contrato e devidas providências da fiscalização Administrativa.

6.11.4 A Cessionária deverá disponibilizar, em número adequado, mesas, balcões, cadeiras ou bancos para os usuários;

6.11.5 Não comercializar, em hipótese alguma, qualquer produto ou serviço estranho ao objeto, principalmente bebidas alcoólicas e tabaco, bem como não destinar o espaço da cantina para utilização de finalidades estranhas ao objeto da cessão remunerada do espaço;

6.11.6 Manter os espaços físicos da cantina, móveis, utensílios e equipamentos em perfeitas condições de uso, conservação e de higiene;



6.11.7 Cabe à Cessionária contratar para a execução dos serviços funcionários devidamente registrados e de comprovada idoneidade moral e profissional;

6.11.8 A Cessionária responsabilizar-se-á pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer os seus funcionários, usuários ou outrem, em razão de acidentes, de ação ou de omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.12 (SUPRESSÃO)

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.13 Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.13.1 Após a finalização do contrato, a contratada deverá entregar as instalações limpas e sem avarias, em padrão igual ou superior ao que recebeu no início do contrato;

6.13.2 A CONTRATADA é responsável pela integral conservação da estrutura concessionada, devendo devolvê-la, findo o período contratual, pelo menos, no mesmo estado de conservação em que a recebeu, não fazendo jus a pagamentos/indenizações ou ressarcimentos pelas benfeitorias realizadas; e

6.13.3 A contratada deverá providenciar por sua própria conta as reparações dos danos a que der causa, consertos ou substituições executadas a que se refira a benfeitorias sem direito a quaisquer indenização.

Renovação contratual

6.14 Ao final do período deste certame ou caso alguma das partes não deseje mais que este contrato seja renovado ou deseje a sua interrupção a CONTRATADA terá que manifestar-se com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, uma vez que o serviço de cantina não poderá sofrer interrupção no seu funcionamento e 30 (trinta) dias corridos para a entrega do imóvel e a sua devolução nas mesmas, ou melhores, condições recebidas.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

7.6 A contratada e a Contratante deverão cumprir disposições normativas, no que couber, da Lei nº

8.245/91 (Lei do Inquilinato).

Preposto

- 7.7** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento a forma de contato imediato com o mesmo, além dos poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 7.8** SUPRESSÃO
- 7.9** A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

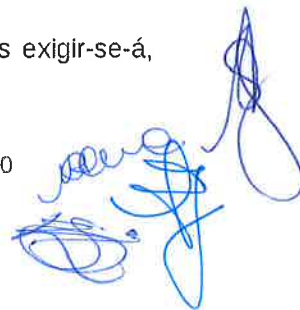
- 7.10** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato (Fiscal técnico), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 117, caput), fazendo exercer a função de Fiscalização Técnica.

Fiscalização Técnica

- 7.11** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.12** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 7.13** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 7.14** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 7.15** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

Fiscalização Administrativa

- 7.16** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);
- 7.17** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);
- 7.18** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 7.18.1** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 7.18.2** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:



7.19.2.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

7.19.2.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

7.19.2.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

7.19.2.1.1.2. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

7.19.2.1.1.3. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

7.19.2.1.1.4. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; e

7.19.2.1.1.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Gestor do Contrato

7.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

7.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

7.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

7.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

7.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI); e

7.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 (SUPRESSÃO)

8.2 (SUPRESSÃO)



8.3 (SUPRESSÃO)

8.4 (SUPRESSÃO)

Do reajuste

8.5 O valor referente ao aluguel será reajustado a partir do decurso dos primeiros 12 (doze) meses de sua vigência, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com base na variação apurada, no período considerado; e

8.6 Os valores do cardápio obrigatório deste Termo de Referência, se requerido pelo Cessionário, poderão ser atualizados, após 12 (doze) meses, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Grupo Alimentação e Bebidas - Item alimentação fora do domicílio no Brasil, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE), com base na variação apurada no período considerado.

Do recebimento

8.7 (SUPRESSÃO)

8.8 (SUPRESSÃO)

8.9 (SUPRESSÃO)

8.10 (SUPRESSÃO)

8.11 (SUPRESSÃO)

8.12 (SUPRESSÃO)

8.13 (SUPRESSÃO)

8.14 (SUPRESSÃO)

8.15 (SUPRESSÃO)

8.16 (SUPRESSÃO)

8.17 (SUPRESSÃO)

8.18 (SUPRESSÃO)

8.19 (SUPRESSÃO)

8.20 (SUPRESSÃO)

8.21 (SUPRESSÃO)

8.22 (SUPRESSÃO)

8.23 (SUPRESSÃO)

Liquidação

8.24 (SUPRESSÃO)

8.25 (SUPRESSÃO)

8.26 (SUPRESSÃO)

8.27 (SUPRESSÃO)

8.28 (SUPRESSÃO)

8.29 (SUPRESSÃO)

8.30 (SUPRESSÃO)

8.31 (SUPRESSÃO)

8.32 (SUPRESSÃO)

Prazo de pagamento

- 8.33** O Cessionário deverá recolher, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao mês vencido, o valor mensal correspondente à cessão de uso, mediante depósito na Conta Única do Tesouro Nacional.

Forma de pagamento

- 8.34** O pagamento da cessão de uso será efetuado mediante Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser confeccionadas pela Cedente.

Antecipação de pagamento

8.35 (SUPRESSÃO)

8.36 (SUPRESSÃO)

8.37 (SUPRESSÃO)

8.38 (SUPRESSÃO)

8.39 (SUPRESSÃO)

8.40 (SUPRESSÃO)

8.41 (SUPRESSÃO)

Cessão de crédito

8.42 (SUPRESSÃO)

8.43 (SUPRESSÃO)

8.44 (SUPRESSÃO)

8.45 (SUPRESSÃO)

8.46 (SUPRESSÃO)

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço na soma total dos itens do anexo I.

Regime de execução

- 9.2** O regime de execução do contrato será por fornecimento e prestação de serviço associado.

Exigências de habilitação

- 9.3** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

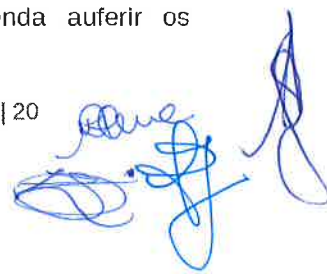
- 9.4** **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



- 9.5 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 9.12 SUPRESSÃO;** e
- 9.13** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19** Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; e
- 9.21** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os



benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.23** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.24** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 9.24.1** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 9.24.2** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 9.24.3** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; e
- 9.24.4** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.25** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor anual total estimado da contratação;
- 9.26** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- 9.27** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

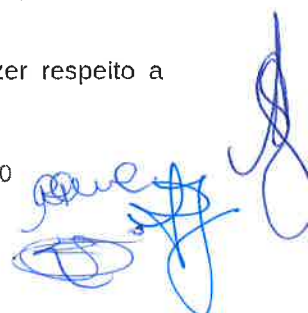
- 9.28** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 9.29** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.30 (SUPRESSÃO)

9.30.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.31 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



9.31.1.1 *Pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica que comprove experiência no ramo de alimentação (lanchonete, restaurante, cantina e afins); e*

9.31.1.2 *Experiência mínima de 2 (dois) anos no ramo de serviços/venda de gêneros alimentícios, mediante cardápio, em lanchonete, restaurante, cantina e afins;*

9.31.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

9.31.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

9.31.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.32.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.32.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.32.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.32.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.32.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.32.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

9.33 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor mensal, desta contratação, em relação ao aluguel, cessão de uso, gerará uma receita estimada de R\$ 1.900,00 (Um mil e novecentos reais) mensais, totalizando R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais) anuais.

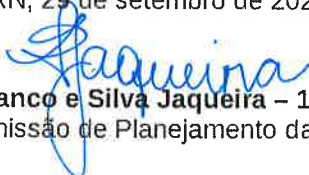
11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1.1 (SUPRESSÃO)

12 PESQUISA DE SATISFAÇÃO

- 12.1 Durante o período de vigência contratual, a cessionária deverá disponibilizar, em local visível, pesquisa de opinião através de QR code "quick response code" (código de resposta rápida), permitindo aos usuários escanear um código único com seu smartphone para obter acesso a uma pesquisa de satisfação;
- 12.2 A pesquisa de satisfação deverá abrir campo para que o cliente possa expressar: **Criticas, elogios e sugestões:**
- 12.3 O cessionário deve incluir, ao menos, os seguintes quesitos para serem avaliados:
- 12.3.1 em relação a qualidade do atendimento;
 - 12.3.2 em relação a qualidade dos produtos preparados no local;
 - 12.3.3 em relação ao uniforme e higiene dos funcionários;
 - 12.3.4 em relação limpeza e higiene das mesas e demais locais onde são feitas as refeições;
- 12.4 O cessionário deverá dar acesso direto ao sistema on-line da pesquisa de satisfação ao Fiscal de contrato, devendo apresentar "feedback" através dos resultados, de forma expressa, em relatório trimestral, onde o mesmo apresentará, se for o caso, as medidas adotadas em relação aos resultados de sua avaliação.

Natal, RN, 29 de setembro de 2023.



Lorena Franco e Silva Jaqueira – 1º Ten
Presidente da Comissão de Planejamento da Contratação



Mariana Rodrigues de Lima Almeida – 1º Ten
Membro da Comissão de Planejamento da Contratação



Erivanaldo Santos Silva – 1º Sgt
Membro da Comissão de Planejamento da Contratação

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme preceitua o inciso II, Art. 14, do Decreto 10.024/19, aprovo o presente Termo de Referência do Sistema de Registro de Preço, para eventual cessão de uso a título oneroso de parcela de um imóvel para funcionamento de uma cantina, visando atender às necessidades do Hospital de Guarnição de Natal.

Município de Natal, RN, 29 de setembro de 2023.



ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL – TEN CEL
Ordenadora de Despesas do HGUH